

ENDOMETRIOSE: DESAFIOS NO DIAGNÓSTICOS E VIOLÊNCIAS INSTITUCIONAIS NOS SERVIÇOS DE SAÚDE

Eixo: Planejamento, Avaliação, Políticas e Gestão em Saúde

Laís de Andrade Bartolelli

Universidade Federal de Catalão - UFCAT

Laura Madeira de Campos Ferreira e Silva

Universidade Federal de Catalão - UFCAT

Júlia Soares Botelho Meireles

Universidade Federal de Catalão - UFCAT

João Vitor Zucareli Plazas Ruiz

Universidade Federal de Catalão - UFCAT

João Vitor Fonseca de Andrade

Universidade Federal de Catalão - UFCAT

Rodrigo Rodrigues Franco

Universidade Federal de Catalão - UFCAT

RESUMO:

A endometriose é uma doença ginecológica crônica, estrogênio-dependente, que consiste na presença de endométrio ectópico e causa especialmente dor pélvica intensa. Acomete principalmente mulheres em idade fértil, e no Brasil incide em 1 a cada 10 dessas mulheres, prevalente em mulheres brancas, com maior escolaridade e entre 20 e 30 anos. Isso evidencia a barreira estrutural imposta pelos determinantes de gênero, etnia e classe, pois, considerando

a média de 8 anos para o diagnóstico, são enfrentados inúmeros empecilhos que não envolvem apenas os sintomas, mas também a influência estrutural das instituições. O descrédito das queixas e sintomas das mulheres, bem como o acesso escasso e desigual à saúde no Brasil são exemplos dessa negligência institucional. Além disso, há uma frequente busca por novos profissionais, realização de vários exames e gastos com saúde particular, que causam angústia, depressão e ansiedade, sobrecarregando física e economicamente as pacientes em busca de respostas sobre seu adoecimento. Portanto, impera o olhar institucional na inclusão especificada da endometriose na Política Nacional de Atenção Integral à Mulher, acolhimento da pauta e visibilização das dores de inúmeras mulheres, que por sofrerem especialmente de um parâmetro subjetivo, como a dor crônica, são invisibilizadas violentamente.

INTRODUÇÃO:

A endometriose é uma doença crônica ginecológica que se estima afetar 1 a cada 10 mulheres em idade reprodutiva no Brasil, a qual consiste em tecido funcional do endométrio fora do útero, causando, recorrentemente, dismenorreia, dispareunia, disfunções intestinais e urinárias que pioram com o ciclo menstrual (De Souza et al, 2015). Além disso, pode ocasionar infertilidade ou dificuldade na concepção, a depender do local e profundidade de infiltração do endométrio. Esses sintomas tendem a agravar e representar um grande impacto na qualidade de vida das mulheres acometidas, especialmente por queixas de dor incapacitantes na menstruação, que são, em alguns contextos, relativizadas (Bento & Moreira, 2018).

Esses sintomas levam a um desgaste psíquico e físico, comprometendo diversas áreas da vida da mulher, especialmente pelo frequente diagnóstico tardio e dispendioso, que leva em média de 7 a 8 anos, fazendo com que transtornos associados sejam relatados, como estresse, ansiedade e depressão (Rolim et al, 2020). Ademais, há uma falta no que tange a presença da endometriose nas políticas públicas voltadas à saúde feminina, evidenciando a negligência estrutural (Carvalho et al, 2024).

OBJETIVO:

Este trabalho buscou avaliar se pacientes com endometriose que procuram atendimento médico, ambulatorial ou em pronto atendimento, sofrem com o diagnóstico tardio e se esse processo é favorecido por violências institucionais e negligência estatal.

METODOLOGIA:

Este trabalho consiste em uma revisão narrativa a partir de análise descritiva com pesquisas bibliográficas em bases de dados da PubMed, Scielo e Google Acadêmico a respeito da dificuldade diagnóstica e a se configura violência institucional no manejo da endometriose. Utilizou-se artigos publicados no período de 2015 a 2024 sendo os trabalhos selecionados excluindo aqueles com temáticas distintas da proposta deste estudo e incluídos com base nos seguintes descritores: “endometriose”, “dismenorreia”, “dor pélvica crônica”, “saúde da mulher” e “violência institucional”.

RESULTADOS E DISCUSSÃO:

Através de buscas nas diversas plataformas, foram encontrados 15 artigos, dos quais 8 foram considerados mais pertinentes tecnicamente à discussão sobre a estruturação da negligência e desafios da endometriose no processo de diagnóstico. Essa problemática permeia o recorte social de gênero, classe e etnia, desigualdade de acesso à saúde, falta de capacitação profissional, peregrinação terapêutica e relativização dos sintomas.

A endometriose é mais diagnosticada em mulheres brancas, com maior grau de escolaridade, na terceira década de vida, acredita-se que seja reflexo da maior disponibilidade de recursos de saúde privada para esse grupo (Bento & Moreira, 2018). Isso ocorre, pois essa condição de etiologia difusa, com sintomas variados, depende de uma atenção clínica especializada, disposição financeira e disponibilidade para buscar recursos diagnósticos complexos, como a laparoscopia, ultrassom transvaginal ou ressonância magnética, ambos com preparo intestinal (Torres et al, 2021). Todos esses passos dependem da oferta ideal de saúde, que não é alcançada plenamente na rede pública, tornando a realização de diagnóstico e consequente tratamento adequado um privilégio de poucos, o que configura mais uma contribuição institucional ao sofrimento das mulheres (Rodrigues, 2015).

Ademais, mesmo nas pacientes diagnosticadas, é prevalente a percepção na literatura da violência institucional no que tange a negligência e relativização dos sintomas (Carvalho et al, 2024). Geralmente, os sintomas são cíclicos, ligados ao período menstrual, imperando, mesmo por médicos, a norma social de que a dor é normal para mulheres nesses períodos (Bento &

Moreira, 2017). Com isso, o manejo clínico adequado é postergado devido a estrutural banalização, descrédito e desprezo pelo sofrimento feminino, resultando na busca incessante de valorização e acolhimento de suas queixas, que gera mais sofrimento físico, psicossocial e financeiro (Bento & Moreira, 2017).

Além disso, a endometriose, historicamente, foi negligenciada nas políticas públicas em saúde da mulher, visto que eram voltadas para o processo de gestante-puérpera, com um viés reprodutivo estrito (Rodrigues, 2015). Apenas com a universalização da saúde, postulada na constituição de 1988, e a definição da Política Nacional de Atenção Integral da Mulher em 2004, esse escopo passou a ser ampliado, no entanto, sem nenhuma especificidade ao manejo da endometriose (Carvalho et al, 2024). Desse modo, a literatura indica possível aspecto estrutural e institucional da negligência e relativização das mulheres acometidas por essa condição (Rodrigues, 2015).

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Em suma, baseado na literatura encontrada, entende-se que a endometriose possui um diagnóstico complexo devido a necessidade de superar barreiras técnicas, financeiras, estruturais e sociais. Mulheres se tornam reféns da busca por reconhecimento e validação de suas queixas, pois enfrentam, frequentemente, profissionais despreparados, falhas do Estado na disposição de saúde de qualidade e violência de gênero no moroso processo de diagnóstico, o qual ainda é restrito àquelas que possuem recursos financeiros para realizá-lo. Tudo isso impacta negativamente na qualidade de vida das mulheres, seja pela própria doença crônica e progressiva, seja pelas constantes violações perpetradas pelos agentes expostos no trabalho, direta ou indiretamente.

Agradecimentos e financiamento: Os autores agradecem a UFCAT e o I Congresso de Medicina da Estrada de Ferro. O presente trabalho não contou com apoio financeiro de nenhuma natureza para sua realização. Os autores nomeados declaram não apresentar conflito de interesse com a divulgação dos resultados da pesquisa.

REFERÊNCIAS:

BENTO, P. A. de S. S.; MOREIRA, M. C. N. Quando os olhos não veem o que as mulheres sentem: a dor nas narrativas de mulheres com endometriose. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, v. 28, n. 3, p. e280309, 2018.

CARVALHO, M. V. D. de; FAÇANHA, J. C. R. F. Políticas públicas de saúde e endometriose: um estudo acerca da violência institucional no acesso à saúde feminina no Brasil. *Revista Políticas Públicas & Cidades*, v. 13, n. 2, p. e869, 2024.

DE SOUSA, T. R. et al. Prevalência dos sintomas da endometriose: revisão sistemática. *CES Medicina*, v. 29, n. 2, p. 211-226, 2015.

MATTHES, A. do C. Abordagem atual da dor na relação sexual (dispareunia). *Revista Brasileira de Sexualidade Humana*, v. 30, n. 1, 2019.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Endometriose: uma a cada 10 mulheres sofre com os sintomas**. Brasília: Ministério da Saúde, 15 mar. 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2022/marco/endometriose-uma-a-cada-10-mulheres-sofre-com-os-sintomas>. Acesso em: 17 out. 2025.

RODRIGUES, T. F. Desigualdade de gênero e saúde: avaliação de políticas de atenção à saúde da mulher. *Revista Cantareira*, v. 22, n. 1, p. 203-216, 2015.

ROLIM, J. R. et al. Endometriose: aspectos atuais e perspectivas das pacientes / Endometriosis: current aspects and perspectives of patients. *Brazilian Journal of Health Review*, v. 3, n. 1, p. 901-915, 2020.

SÃO BENTO, P. A. de S.; MOREIRA, M. C. N. A experiência de adoecimento de mulheres com endometriose: narrativas sobre violência institucional. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 22, n. 9, p. 3023-3032, set. 2017.

TORRES, J. I. da S. L. et al. Endometriose, dificuldades no diagnóstico precoce e a infertilidade feminina: uma revisão. *Research, Society and Development*, v. 10, n. 6, p. e6010615661, 2021.